

ANEXO 1
MATRIZ DE CONTROLO DE EXECUÇÃO DO PAO 2021 DO CEDSIF, IP

Objectivos Estratégicos	Resultados	Actividades do CEDSIF, IP 2021	Indicadores de Produto do PAO 2021	Meta 2021	Acções Realizadas	
1. Criada capacidade organizacional do CEDSIF, IP para responder as demandas dos clientes da Gestão das Finanças Públicas e complementares	Apoiar tecnicamente o Ministério da Economia e Finanças na revisão do Regulamento do SISTAFE		Número de instrumentos intervencionados.	1	Cumprida. Aprovado e publicado o Regulamento da Lei do SISTAFE, o Decreto n.º 26/2021, de 3 de Maio, que estabelece as regras e procedimentos para o funcionamento do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), decorrente da aprovação da Lei do SISTAFE, Lei n.º 14/2020, de 23 de Dezembro	
	Elaborar Modelos de Gestão de produtos e Serviços.		Modelos de gestão de produtos e Serviços elaborados e em operacionalização.	2 (Grandes Fornecedores; Emolumentos de Actos Administrativos do TA).	Elaborado Modelo de gestão do serviço de retenção na fonte de emolumentos de actos administrativos devidos ao Tribunal Administrativo, faltando o de grandes fornecedores.	
	Implementar o plano de renovação e manutenção da infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação, e de equipamentos informáticos para o funcionamento do CEDSIF, IP.		Plano de renovação e manutenção da infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação, e de equipamentos informáticos para o funcionamento do CEDSIF, IP, implementado.		95%	Em curso a implementação do plano de renovação e manutenção da infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação, e de equipamentos informáticos para o funcionamento do CEDSIF, IP (40%)
	Elaborar o Manual Técnico orientador para o estabelecimento de parcerias		Manual técnico de parcerias elaborado.		1	Feito o levantamento e a análise do procedimento actual no que refere ao estabelecimento de parcerias, tendo em vista melhorá-lo e elaborar a versão revista do Manual de Procedimentos. Igualmente, foi feito o levantamento dos parceiros cuja área de interesse abrange a gestão das finanças públicas, bem como o levantamento das iniciativas do CEDSIF, IP que podem ser objecto de financiamento dos parceiros de cooperação. Estas realizações representam 60% da execução
	Elaborar documentos mandatários de estabelecimento de um modelo de gestão de serviços terceirizados		Modelo de gestão de serviços terceirizados em operacionalização.	Modelo de gestão de serviços terceirizados estabelecido		Actividade não realizada por se ter priorizado a elaboração do Modelo de Gestão de Serviços de Retenção na Fonte, e Modelo de Gestão de Grandes Fornecedores;
2. Garantido o apoio ao Ministério da Economia e Finanças (MEF) para melhor gerir as reformas de Gestão das Finanças Públicas	Apoiar tecnicamente o Ministério da Economia e Finanças na revisão do Regulamento da lei do SISTAFE.		Número de instrumentos intervencionados.	1	Cumprida. Elaborada e aprovado e publicado o Regulamento da Lei do SISTAFE, o Decreto n.º 26/2021, de 3 de Maio, que estabelece as regras e procedimentos para o funcionamento do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), decorrente da aprovação da Lei do SISTAFE, Lei n.º 14/2020, de 23 de Dezembro	
	Efectuar melhorias correctivas, adaptativas e evolutivas dos sistemas/módulos/aplicações existentes de suporte a Gestão das Finanças Públicas		% de melhorias de sistemas/módulos/aplicações existentes de suporte a Gestão das Finanças Públicas implementadas	100% das identificadas e solicitadas para 2021		Cumprida. Realizadas melhorias correctivas, evolutivas aos sistemas/módulos/aplicações
	Promover a evolução do sistema mediador das integrações entre as aplicações do CEDSIF, de HornetQ para RabbitMQ.		Número de Sistemas configurados e disponibilizados.		1	Actividade não registou progressos
	Operacionalizar a evolução Tecnológica do Sistema de Transferência dos Fundos do Estado.		Número de Ordens de Pagamento (OP's) processadas através do sistema evoluído.	1,000,000		Actividade em curso. Decorreu o processo conducente ao lançamento do concurso para aquisição da ferramenta recomendada pelo Banco de Moçambique
	Efectuar pagamento das Despesas Estatais directamente aos credores por via das Instituições de Moeda Electrónica.		Número de Ordens de Pagamento (OP's) pagas por via das Instituições de Moeda Electrónica.		20	Estão sendo criadas condições técnicas para o MEX comunicar com o sistema de interligação do CEDSIF, IP e o Banco de Moçambique, testada a articulação com as instituições de moeda electrónica com vista a sua adesão ao sistema e feita a troca de experiências com o Serviço Federal de Processamento de Dados do Brasil.
	Proceder à apresentação das funcionalidades desenvolvidas no âmbito dos processos de organização e modernização institucional de Finanças Públicas		% de formações administradas à escola de formação em funcionalidades desenvolvidas no âmbito dos processos de organização e modernização institucional de Finanças Públicas	100% do planificado para 2021		Cumprida. Feita a apresentação das funcionalidades a escola
	Formar formadores de utilizadores em matérias de Finanças Públicas, bem como em ferramentas integrantes do e-SISTAFE e demais sistemas		% de formadores dos utilizadores dos sistemas informáticos formados	100% do planificado		Cumprida. Formados e reciclados 13.061 utilizadores em matérias de Gestão de Finanças Públicas e de Módulos integrantes do e-SISTAFE e demais sistemas
Inovar a Programação Financeira e Gestão da Tesouraria		Melhorias da Programação Financeira e Gestão da Tesouraria implementadas			Matriz de Identificação das alterações a serem introduzidas no e SISTAFE e com Ponto de situação do início da sua concepção e desenvolvimento.	
					Elaborado o Modelo Conceptual e Modelo de Negócio da Programação Financeira (PF) com o objectivo de melhorar a gestão da tesouraria do Estado e, por conseguinte, a execução do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE), bem como contratados os consultores que irao apoiar na melhoria dos actuais processos e instrumentos de programação financeira. A meta não foi alcançada, perspectivando-se o seu alcance no ano de 2022.	

3. Assegurada a entrega de demandas de Gestão das Finanças Públicas.

Desenvolver funcionalidades que permitam a realização do OE pelos Órgãos de Governação Descentralizada provincial (OGDP), com o objectivo de lhes conceder maior autonomia na gestão de tesouraria	Todos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial a fazer a gestão da tesouraria autónoma e a executar a despesa no e-SISTAFE	100% planificado	Cumprida. Foram (i) criadas condições técnicas, com a introdução de um novo nível de gestão, número 4, para a administração e execução do PESOE directamente no e-SISTAFE, operacionalizando a funcionalidade que permite a realização da prova de vida em massa dos funcionários transferidos para os órgãos de Governação Descentralizada Provincial (OGDP); (ii) ajustadas as funcionalidades do processo de execução da despesa e de programação financeira, relatórios de execução da despesa no MEX, funcionalidades da componente de operações de compra e venda da moeda externa. Por outro lado, foram criadas condições técnicas que garantirão aos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial realizar pagamentos de despesas a partir das suas respectivas CUTs Físicas e acesso automático aos relatórios do e-SISTAFE na operacionalização
Adoptar o <i>Meridian</i> como Módulo de Gestão da Dívida Pública	Módulo de Gestão da Dívida Pública migrado do CS-DRMS para o <i>Meridian</i>	Módulo da Gestão da Dívida operacionado na plataforma <i>Meridian</i>	No âmbito dos trabalhos de adopção do Meridian, foram implementadas as recomendações dos consultores da Commonwealth e das missões do Macroeconomic and Financial Management Institute of Eastern and Southern Africa (MEFMI) sobre os dados do sistema CS-DRMS, contratados os consultores, os quais participaram no processo de migração de dados do sistema CS-DRMS para o Meridian. Os trabalhos realizados representam 80% das actividades previstas para adoptar o Meridian, pois, a sua execução na totalidade foi condicionada pela necessidade de melhoria da qualidade dos dados constantes na base de dados CS DRMS, constatada durante o processo de migração dos mesmos. Espera-se que no 1º trimestre de 2022, o Secretariado da Commonwealth realize a migração de dados e garanta a assistência técnica contínua por um período de pelo menos dois meses para apoiar o
Desenvolver e disponibilizar o Módulo de Gestão de Folhas de Pagamentos (MGF);	Número de Módulos desenvolvidos e disponibilizados.		Foi actualizado o seu Modelo de Negócio de gestão global do processamento de salários, elaborada a Nota Técnica do Módulo de Gestão de Folha de Pagamento, posteriormente apresentada ao MEF para socialização, tendo sido acolhida favoravelmente, e, a posterior, iniciado o desenvolvimento do respectivo Módulo e planificada a sua operacionalização para o 1º trimestre de 2022, para o pagamento da folha de salário do pessoal do CEDSIF, IP.
Concluir o desenvolvimento do Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO) do Subsistema de Planificação e Orçamentação (SPO)	Módulo de Planificação e Orçamentação disponível para operacionalização pelo MEF	100% do Modulo	Cumprida. Foi concluído o desenvolvimento das funcionalidades do MPO consideradas críticas para a elaboração do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) 2022, tendo sido elaborado o PESOE de 2022 no MPO, o qual foi aprovado pela Assembleia da República a 15 de Dezembro de 2021. Este processo foi antecedido de (i) conclusão do Manual Operacional de Planificação e Orçamentação, instrumento orientador na formação e utilização do MPO; (ii) formação de 250 formadores e 3.264 utilizadores a nível nacional (ULs provinciais e ULs Sectoriais do SPO e as UGBs Sectoriais e Territoriais).
Apoiar a IGF na implantação do Subsistema de Auditoria Interna (SAI)	Subsistema de Auditoria Interna implantado		Foram efectuadas melhorias correctivas e evolutivas das funcionalidades de Gestão das Listas de Verificação de Auditoria, de Administração, da Programação da Auditoria Interna e da Planificação e Execução de Auditorias, concluído o desenvolvimento do Módulo de Auditoria Interna, e submetido a Inspeção Geral de Finanças para efeitos de homologação. Espera-se que seja operacionalizado em regime piloto o Módulo de Auditoria Interna no 1º trimestre de 2022, dando acesso ao uso do sistema a 3 Inspeções – Gerais a incidir nas áreas de Saúde, de Educação e das Finanças.
Concluir o desenvolvimento, incluindo a disponibilização, das funcionalidades de modalidades de contratação pública no Módulo de Gestão do Património do Estado (MPE)	Número de funcionalidades desenvolvidas e disponibilizadas	4 (1. incorporação de Obras, 2. Interoperabilidade com outros sistemas do Estado que contribuem no processo de execução da despesa pública, concretamente os sistemas do 2.1 Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), 2.2. do Tribunal Administrativo (TA) e 2.3. Expansão do MPE para o nível	(i) iniciada a operacionalização do concurso por lances, tendo sido lançados 4 no exercício económico findo; (ii) harmonizado o Modelo de Negócio e implementado o Plano de Contratações no Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO); (iii) procedido ao levantamento de requisitos necessários para a elaboração do Modelo de Negócio da interoperabilidade entre o e-SISTAFE (MPE) e o sistema de validação das Certidões de Quitação do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), no âmbito do processo de desenvolvimento de condições técnicas para interoperabilidade entre o e-SISTAFE e o sistema de validação das Certidões de Quitação do Instituto Nacional de Segurança Social; (iv) feita a simulação da operacionalização do Portal de Contratação Pública no Comité Técnico do Projecto e Comité Consultivo do Ministro da Economia e Finanças e, estão em curso ajustes no sistema com vista a homologação da fase I, que consiste em disponibilizar a informação de consulta no portal; e (v) feita a integração com o e-Inventário na elaboração na Conta Geral do Estado (CGE), no que tange às amortizações e reintegrações. O MPE está sendo operacionalizado em 260 instituições, dentre as quais, 214 de nível central e 46 provincial, e, para fazer face às necessidades de incorporação de bens por via directa, no âmbito da expansão da funcionalidade do MPE,

A: Assegurar uma resposta mais eficaz à Estratégia das Finanças Públicas e a demanda de serviços complementares à Gestão de Finanças Públicas.

Implementar a última entrega do sistema e-Tributação composta pelos Outros Impostos (Imposto sobre Reconstrução Nacional, Imposto sobre Sucessões e Doações, Imposto sobre Veículos, Imposto de Selo entre outros cobrados através do Modelo B Geral) e Processos Comuns referentes a auditoria e fiscalização, gestão de perfil de risco do contribuinte, gestão de juízo de execuções fiscais, gestão de casos de falência, gestão de processo de transgressão e contencioso, gestão de alertas	Número de novos impostos geridos no e-Tributação		4	Cumprido. Foi finalizado o desenvolvimento, bem como a operacionalização em regime piloto das funcionalidades para gestão de Outros Impostos (Imposto sobre Reconstrução Nacional, Imposto sobre Sucessões e Doações, Imposto sobre Veículos, Imposto de Selo entre outros cobrados através do Modelo B Geral) e Processos Comuns (auditoria e fiscalização, gestão de perfil de risco do contribuinte, gestão de juízo de execuções fiscais, gestão de casos de falência, gestão de processo de transgressão e contencioso, gestão de alertas); e disponibilizadas para operacionalização.
	Número de processos comuns geridos no e-Tributação		6	Cumprido. Foi finalizado o desenvolvimento, bem como a operacionalização em regime piloto das funcionalidades para gestão dos Processos Comuns (auditoria e fiscalização, gestão de perfil de risco do contribuinte, gestão de juízo de execuções fiscais, gestão de casos de falência, gestão de processo de transgressão e contencioso, gestão de alertas); e disponibilizadas para operacionalização.
Prestar apoio técnico na operacionalização e disponibilização dos relatórios de Gestão das Finanças Públicas através das Contas de Gerência e Geral do Estado	Contas de Gerência e Geral do Estado disponibilizadas.	40% e 100% respectivamente		Cumprida. Teve início o processo de disponibilização dos balanços da Conta Geral do Estado, bem como dos relatórios trimestrais de execução do Orçamento do Estado, validada a Conta de 2020 e melhorada a sua disponibilização, o que representa uma realização de 100% face a meta estabelecida para o período.
Elaborar Plano de Acção de adopção Normas Internacionais de Contabilidade aplicáveis ao Sector Público	Plano de acção para adopção das NIC-SP elaborado	1 Plano elaborado		Foi lançado o concurso para a contratação de consultores, tendo ficado deserto. Contudo, aproveitando a realização do 6º Congresso das Ordens dos Contabilistas e Auditores, ao nível da África, realizada em Maputo, nos dias 24 à 26 de Novembro, a Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM), rubricou um acordo com NBAA (National Board of Accounts and Auditors) da República da Tanzânia no qual prevê estabelecer cooperação mútua entre estas instituições para as áreas de apoio na adopção das Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Sector Público - IPSAS e processo da sua implementação em Moçambique. O CEDSIF pretende aproveitar esta cooperação dada a experiência da República da Tanzânia, na introdução das IPSAs e contratar a OCAM visando avançar com o processo de implementação das IPSAs em Moçambique.
Expandir a Implantação do e-SISTAFE nas autarquias locais, nas componentes de Módulo de Elaboração Orçamental - Autárquica (MEO-A) e Módulo de Execução Orçamental - Autárquica (MEX-A)	Nº de Autarquias a iniciarem a elaboração do Orçamento por via do MEO-A		5	Cumprida. 24 novas Autarquias elaboraram o seu orçamento no Módulo de Elaboração Orçamental - Autárquica (MEO-A), facto que fez um total de 40 autarquias locais que elaboraram o seu orçamento no MEO-A, desde que o processo iniciou em finais do ano de 2019. Face ao resultado alcançado em 2021, o cumprimento da meta do período excedeu em 380%, pois estavam previstas 5 Autarquias.
	Nº de Autarquias a iniciarem a execução do Orçamento por via do MEX-A		13	Cumprida. Estava previsto que 13 autarquias efectuassem a execução do seu orçamento por via do MEX-A, tendo esta meta sido alcançada plenamente, pois, 13 novos Conselhos Municipais lograram iniciar a execução dos respectivos orçamentos no MEX-A. Refira-se que desde que o processo iniciou em 2020, até finais de 2021, existia um total de 16 Autarquias a operar o MEX-A.
Implementar o plano de assistência técnica, manutenção e suporte do Sistema de Gestão de Informação sobre Terras.	Relatórios de implementação da assistência técnica, manutenção e suporte elaborados.	3 relatórios (1. Relatório Final de Diagnóstico, incluindo a proposta de solução do(s) problema(s) identificado(s); 2. Relatório Final de Soluções implementadas; e 3. Relatório intermédio (de monitoria) da Manutenção e Suporte do SIGIT).		Foi prestado o serviço de Assistência Técnica e Manutenção a Direcção Nacional de Terras na operacionalização do Sistema de Gestão de Informação de Terras.
Concluir o desenvolvimento da funcionalidade de índice de construção civil e apoiar o MOPHRH na criação da Unidade Funcional do SINAGEC e suas representações;	Número de funcionalidades desenvolvidas	1		Em curso os trabalhos com vista a conclusão do desenvolvimento da funcionalidade de índice de construção civil e apoiar o MOPHRH na criação da Unidade Funcional do SINAGEC e suas representações;
Desenvolver e Adequar funcionalidades para operacionalização do e-SNGRHE nos Órgãos de Governação Descentralizada (OGD)	% das funcionalidades do e-SNGRHE operacionalizadas	100% das funcionalidades do e-SNGRHE em operacionalização nos OGD		Não realizada devido a priorização da expansão do e-SNGRHE a nível nacional

4. Assegurada a entrega de demandas dos clientes dos serviços complementares

Melhorar e desenvolver módulos e funcionalidades do e-SNGRHE para atender aspectos específicos de gestão de Recursos Humanos	Número de módulos e funcionalidades desenvolvidos e melhorados	2 módulos (Elaboração do Quadro do Pessoal; e de Avaliação de Desempenho)	Desenvolvidas funcionalidades complementares aos 5 principais Módulos do e-SNGRHE, o que permite que este sistema (i) faça o Cadastro e Prova de Vida dos Funcionários e Agentes do Estado (FAE) sem a recolha dos dados biométricos, face à situação da pandemia da COVID-19, (ii) efective o cadastro e manutenção no e-SNGRHE, de todas as carreiras e funções existentes e em uso pelo e-CAF e (iii) migre os dados dos FAE do e-CAF para o e-SNGRHE e proceda ao registo e classificação de inconformidades do processo migratório, o que permitiu que 99 novos sectores usassem este sistema para gestão dos seus recursos humanos, totalizando 116 sectores, desde que o processo iniciou.
		Funcionalidades (Interoperabilidade entre o e-SNGRHE e o Sistema de Vistos do TA - SIGV; Eliminar dependências entre o e-SNGRHE e o e-CAF)	Dada continuidade à implementação de melhorias que permitirão que seja efectuado o desconto automático do valor dos emolumentos do Tribunal Administrativo ao FAE cadastrados no e-SNGRHE, à semelhança dos que estão no e-CAF, e garantir a transferência massiva dos FAE do e-CAF para o e-SNGRHE, no âmbito da expansão do e-SNGRHE, eliminada a dependência entre o e-SNGRHE e o e-CAF
Expandir o e-SNGRHE para órgãos e instituições do Estado de nível central em falta	Número de instituições de nível central operacionalizando o e-SNGRHE	120 instituições de nível central operacionalizando o e-SNGRHE	99 novos sectores passaram a usar o e-SNGRHE para gestão dos seus recursos humanos, totalizando 116 sectores, desde que o processo iniciou.
	Número de formadores formados	110 formadores provinciais formados	Formados 200 formadores a nível nacional
	Número de utilizadores de nível central formados	880 utilizadores de nível central formados	Formados 4.614 formados a nível nacional
Adaptar o e-SNGRHE às Autarquias	Número de autarquias operacionalizando o Piloto do e-SNGRHE	2 Autarquias (Maputo Cidade e Matola)	Actividade não realizada devido ao foco dado a expansão do e-SNGRHE
Desenvolver e disponibilizar o Módulo Integrador de Dados (MID) para o apoio da tomada de decisão pelo Ministério Público e demais entidades do sistema judiciário.	Número de módulos desenvolvidos e disponibilizados.	1 módulo desenvolvido e disponível.	Elaborado o documento de arquitectura do Módulo Integrador de Dados; desenvolvidas as funcionalidades do Módulo Integrador de Dados (MID), relativas a gestão de perfis de usuários, pesquisas de informação, visualização do histórico de consultas, pesquisas e detalhamento de informação (em página web, gráficos, tabelas, ficheiros Excel, PDF e a exportação de dados) e, (ii) integradas as bases de dados da Direcção Nacional de Registos e Notariado, especificamente os da Repartição do Registos Criminal, das Conservatórias do Registo Civil, Predial e das Entidades Legais, e ainda do Serviço Nacional Penitenciário, em obediência ao conjunto de instituições definidas como prioritárias ao processo de colecta de dados dos sistemas. Ainda no âmbito do Módulo Integrador de Dados, para compor a sua segunda entrega, teve início a colecta de dados de gestão de finanças públicas, bem como dos recursos humanos do Estado, com recurso, respectivamente, aos Módulo do Património do Estado, Módulo de Execução Orçamental e ao e-Tributação, e ao Sistema Nacional de Gestão dos Recursos Humanos do Estado
Desenvolver e disponibilizar o Módulo de Declaração de Bens (MBD), para o registo, gestão e a monitoria das declarações de Bens dos Servidores Públicos que exercem cargos de função ou de chefia dos Órgãos, Instituições do Estado, Empresas Públicas e Participadas pelo Estado	Número de módulos desenvolvidos e disponibilizados	1 Módulo desenvolvido e disponível.	Estão sendo desenvolvidas as funcionalidades relativas ao sistema de declaração de bens
Concluir o desenvolvimento e disponibilizar o Sistema de Informação de Mercado e Negociação de Mercadorias	Sistema de Informação de Mercado e Negociação de Mercadorias (SINEM) desenvolvido e disponibilizado	1 Sistema desenvolvido e disponibilizado.	Foram concluídos os trabalhos de desenvolvimento do Módulo de Gestão de pedidos de Mercadorias e do Módulo de Informação, incluindo os de melhorias dos Módulos de Negociação por Apregoação por Oferta – web e por Leilão; finalizado o desenvolvimento do Módulo de Gestão de pedidos de Mercadorias e desenvolvidas as 3 últimas funcionalidades do Módulo de Informação de Mercados; concluída a implementação da componente primária do SINEM (WEB), a interoperabilidade com Sistema de Gestão de Correctores (SIGEC) e Sistema de Gestão de Inventário SGI, a migração da base de dados de PostgreSQL para Oracle, bem como as funcionalidades na aplicação Android.
Desenvolver melhorias na Plataforma Informática do Cadastro Único do Produtor Agrário em resposta às solicitações do cliente.	Plataforma Informática do Cadastro único do Produtor Agrário (CUPA) melhorada	1 Plataforma melhorada	está em processo o melhoramento das funcionalidades do sistema desenvolvido em 2020, a pedido do MADER, e iniciada, desde o dia 03/08/2021, a sua operacionalização na zona sul do país, tendo se cadastrado 898 produtores do universo de 19.915 previstos a cadastrar em 12 meses a nível nacional, e formados 43 supervisores na zona centro do país.
Desenvolver a Plataforma Integrada de Gestão, Promoção e Comercialização de Destinos Turísticos de Moçambique para o Instituto Nacional do Turismo (INATUR)	Número de Funcionalidades da Plataforma Integrada de Gestão, Promoção e Comercialização de Destinos Turísticos de Moçambique desenvolvido e Operacional	3 funcionalidades desenvolvidas e operacionalizadas	Finalizada a elaboração do Modelo Conceptual, apresentado e aprovado pelo Conselho Consultivo do Ministério da Cultura e Turismo, e está em curso a elaboração do respectivo Modelo de Gestão.

		Desenvolver e disponibilizar a aplicação e-BAU	Aplicação e-BAU desenvolvido e disponibilizado para operacionalização	1 aplicação	Concluída a especificação do Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos, iniciada a implementação do Portal visite Moçambique e dada a continuidade a do sistema de pagamentos ao Estado, bem como da plataforma de prestação de serviços (licenciamento simplificado e módulo da CREL).
B: Assegurar a satisfação dos clientes e outras partes interessadas.	1. Assegurada a satisfação do cliente e outras partes interessadas.	Elaborar e monitorar as Política de Relacionamento com os Clientes e ou Parceiros	Política de Relacionamento com os Clientes e ou Parceiros elaborada e monitorada	1	Nao registou progressos por se ter priorizado a elaboração do Modelo de Gestão de Serviços de Retenção na Fonte, e Modelo de Gestão de Grandes Fornecedores;
		Realizar avaliação da satisfação dos <i>stakeholders</i> .	Número de avaliações da satisfação dos <i>stakeholders</i> realizada.	1	Nao realizada devido a priorização do apuramento dos resultados de avaliação da satisfação dos utilizadores das aplicações desenvolvidas pelo CEDSIF, IP realizada em 2020 e harmonização da abordagem a adoptar para a avaliação da satisfação dos formandos candidatos a utilizadores de todas as aplicações desenvolvidas pelo CEDSIF, IP;
		Dar assistência as Delegações do CEDSIF para a utilização plena do GLPI.	% de solicitações das Delegações registadas por via do GLPI.	10	Prestada assistência às Delegações do CEDSIF, IP para garantir a utilização plena do GLPI.
		Prestar assistência ao utilizador do e-SISTAFE para uso da funcionalidade Suporte (Fale Conosco).	% de solicitações de utilizadores encaminhadas por via da funcionalidade "Suporte".	100%	Dada a assistência no uso da ferramenta suporte (fale conosco) ao utilizador do e-SISTAFE
		Concluir e operacionalizar os Níveis de Acordos Operacionais (OLA).	% de Categorias de Solicitações definidas e operacionalizadas.	100%	Actividade em curso tendo em vista concluir e operacionalizar os Níveis de Acordos Operacionais (OLA).
		Realizar acções de formações em matérias de SISTAFE e e-SISTAFE	Número e formados	6.232	Formados e reciclados 13.061 utilizadores em matérias de Gestão de Finanças Públicas e de Módulos integrantes do e-SISTAFE e demais sistemas, tendo sempre em observações os protocolos impostos pela COVID 19
		Proceder a legalização da entidade certificadora	Dispositivo normativo emitido	Legalização da entidade certificadora	Na vertente de habilitação do CEDSIF, IP como prestador do Serviço de Certificação Digital, actuando como autoridade certificadora do 2º nível, numa iniciativa desenvolvida sob coordenação do Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC, IP), no âmbito do estabelecimento e operacionalização da infraestrutura de chaves públicas, parte do Serviço de Certificação Digital de Moçambique (SCDM), em 2021 foi (i) elaborado o Relatório das Recomendações no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica entre o CEDSIF, IP e do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO); e (ii) iniciado o levantamento da situação actual do mercado moçambicano, com o objectivo de aferir o potencial de comercialização dos serviços de certificação digital, que é um dos inputs para a elaboração do Modelo de Negócio.
1. Racionalizados os custos operacionais do CEDSIF, IP	Elaborar estudo de avaliação da estrutura de custos do CEDSIF, IP	Estudo de avaliação da estrutura de custos do CEDSIF, IP elaborado	1 estudo de avaliação elaborado	Realizado o estudo de avaliação da estrutura de custos do CEDSIF, IP, bem como o da concepção de modelo de custeio e imputação no valor do produto (fixos e variáveis), estando para ser de harmonizado com Departamento de Administração e Finanças;	
	Conceber um modelo de custeamento e imputação no valor do produto (fixos e variáveis).	Modelo de custeamento desenvolvido.	1	realizado o estudo de avaliação da estrutura de custos do CEDSIF, IP, bem como o da concepção de modelo de custeio e imputação no valor do produto (fixos e variáveis), estando para ser de harmonizado com Departamento de Administração e Finanças;	
	Elaborar Política de partilha de custos operacionais	Custos operacionais partilhados.	Política de partilha de custos estabelecida	Iniciada a análise da política de custos operacionais, tendo, porque depende do mapeamento da estrutura de custos a fazer, sido suspensa.	
	Renovar a infraestrutura de TI.	Infraestrutura de TI do Centro de Dados renovada.	3 Componentes da Infraestrutura de TI dos Centros de Dados renovada (Armazenamento, Processamento e Comunicação).	Lançado um concurso público para aquisição e operacionalização de uma solução de armazenamento e processamento de dados, para a substituição da solução actualmente em uso (Flexpod) que se encontra obsoleto. O processo de contratação foi executado, tendo sido o respectivo objecto adjudicado, e espera-se que a sua operacionalização ocorra em 2022. A renovação da infraestrutura permitirá que CEDSIF, IP, tenha maior capacidade de armazenamento, processamento e actualização de tecnologias e de mecanismos de gestão operacional.	
	Renovar a infraestrutura de facilidades.	Infraestrutura de facilidades renovada.	1 Sistema de UPS do Centro de Dados 1.	feita a renovação de infraestrutura de facilidades	
	Expandir a fusão de redes da GOvNet e e-SISTAFE para as UGB a nível central e local.	Número de instituições com redes da GOvNet e e-SISTAFE fundidas.	30	Fundidas as redes da GovNet e e-SISTAFE a nível central e local, em 36 locais, o que representa um nível de realização acima de 100%, face à meta anual fixada em 30 e, consequente redução de custos de comunicação do Estado, na ordem de 841.345,21 MT mensal, o que pressupõe 10.096.142,57MT por ano, totalizando 160 locais, desde que o processo iniciou em 2018	
	Expandir o acesso ao e-SISTAFE através do VPN para as UGB a Nível central e local.	Número de instituições com e-SISTAFE disponível através da Rede Virtual Privada.	30	Expandido o acesso ao e-SISTAFE através do Virtual Private Network (VPN) para mais 43 locais, os quais associados aos 10 locais operacionalizados até o ano de 2020, totalizam 53 locais, o que corresponde a uma poupança mensal de 415.505,56 MT e anual de 4.986.066,67 MT, face aos custos com circuitos alugados, pelo CEDSIF, IP.	

		Dar suporte aos sites para garantir a disponibilidade do e-SISTAFE.	Média Anual dos sites do e-SISTAFE disponíveis a nível nacional.		94%	Garantida a disponibilidade do e-SISTAFE à 2.117 UGB's, o correspondente a 1.120 pontos de acessos ao e-SISTAFE (loais), sendo que em média, mensalmente 1.038 locais estiveram disponíveis, o que equivale a 96% do universo dos 1.120 locais, face à meta de 94% de locais disponíveis estabelecida para o período em análise. Não estiveram operacionais em média 44 locais, o correspondente a 4% do universo, devido às avarias registadas nos provedores de comunicações (TMCEL e MOVITEL) e de equipamento local de comunicação. A tabela 3 seguinte ilustra a dinâmica de disponibilidade de Pontos de Acesso.	
C: Assegurar a autossuficiência operacional do CEDSIF, IP.	2. Garantida a sustentabilidade operacional do CEDSIF, IP.	Coordenar o processo do desenvolvimento de novos produtos e serviços	Número de novos produtos e serviços.		1	Feita a coordenação do desenvolvimento de novos produtos e serviços	
		Prestar o Serviço de Retenção na fonte de descontos não obrigatório dos Funcionários e Agentes do Estado (FAE) aos bancos.	% de pedidos de fixações tratados.		100%	Elaborado o Modelo de Gestão dos Serviços de Retenção na Fonte; disseminado e disponibilizado aos bancos comerciais o serviço de retenção na fonte de descontos não obrigatório dos FAE, tendo sido efectuados, por via do e-SISTAFE, um total de 192.375 fixações.	
		Alojar sistemas de instituições prestadoras de serviços complementares no Centro de Dados do CEDSIF, IP.	% de Sistemas alojados no Centro de Dados do CEDSIF, IP do total de contratos celebrados.			100%	No âmbito de alojamento de sistemas de outras instituições no Centro de Dados, destaca-se o processo de implementação do alojamento do Sistema de Recuperação de Desastre da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) na infraestrutura tecnológica do CEDSIF, IP e o trabalho técnico disponibilizado ao Tribunal Supremo, que igualmente inclui o alojamento do SEIJE (Sistema Electrónico de Informação Judiciária do Estado), no âmbito do projecto de operacionalização deste sistema.
		Iniciar o desenvolvimento do produto Certificação Digital	Documentação de <i>compliance</i> (conformidade) da Autoridade Certificadora (AC) do segundo nível elaborada	3 (Declaração de Prática de Certificação - DPC; Política de Certificação - PC; Política de Segurança - PS)			Na vertente de habilitação do CEDSIF, IP como prestador do Serviço de Certificação Digital, actuando como autoridade certificadora do 2º nível, numa iniciativa desenvolvida sob coordenação do Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC, IP), no âmbito do estabelecimento e operacionalização da infraestrutura de chaves públicas, parte do Serviço de Certificação Digital de Moçambique (SCDM), em 2021 foi (i) elaborado o Relatório das Recomendações no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica entre o CEDSIF, IP e do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO); e (ii) iniciado o levantamento da situação actual do mercado moçambicano, com o objectivo de aferir o potencial de comercialização dos serviços de certificação digital, que é um dos inputs para a elaboração do Modelo de Negócio.
		Realizar auditorias internas baseadas no risco às Unidades Orgânicas do CEDSIF, IP.	% das auditorias internas nas Unidades Orgânicas do CEDSIF, IP baseadas no risco realizadas			100%	No domínio das auditorias internas baseadas no risco às Unidades Orgânicas do CEDSIF, IP, foram realizadas auditorias internas ao Departamento de Administração e Finanças; a Unidade Gestora Executiva das Aquisições e ao Departamento de Recursos Humanos, o que representa um nível de realização de 100%.
		Garantir suporte as auditoria externas	Suporte às auditoria externas garantido	Ficha de verificação do suporte às Auditorias Externas elaborada			Criadas condições e prestado apoio necessário para o efeito, tendo culminado com a realização da auditoria financeira e procedimental externa referente ao exercício económico de 2020, e elaborado o respectivo relatório, do qual consta uma opinião favorável sobre todos aspectos materiais, que estão de acordo com todos os princípios contabilísticos.
		Monitorar o processo de implementação das recomendações das auditorias Internas e externas	% de recomendações das auditorias internas e externas monitoradas	100% das recomendações das auditorias Internas e externas monitoradas			Elaborados planos/matriz de implementação de actividades para correção de irregularidades detectadas aquando de realização de auditorias internas e externas, e elaborados os respectivos relatórios sobre a execução das recomendações por processo objecto de auditoria.
		Implementar o plano de fiscalização dos processos administrativos e operacionais	% de fiscalizações dos processos administrativos e operacionais realizados			100%	Fiscalizado o DRH, em processo de fiscalização o DAF, Património.
		Levantar e Monitorar os indicadores de risco do negócio	Número de análise de risco do negócio elaborados/monitorados	Relatório de monitoria de riscos do negócio			Feita a monitoria dos indicadores de risco de negócio
				Aprovar e implementar o plano de recuperação tecnológica	Número de instrumentos orientadores de recuperação tecnológica operacionalizado	Sub-Plano de Recuperação Tecnológica	
		Fazer aprovar e implementar o quadro remuneratório, qualificadores de funções e das carreiras profissionais e o quadro de pessoal do CEDSIF,IP.	Número de instrumentos legais que estabelecem as normas de organização e funcionamento do CEDSIF, IP aprovados e implementados.	5 (1. Tabela indicatória; 2. Qualificadores de funções e das carreiras profissionais; 3. Regulamento Interno do CEDSIF,IP; 4. Estatuto Orgânico; e 5. Quadro de Pessoal)		Aprovadas a 1.Tabela indicatória; 2. Qualificadores de funções e das carreiras profissionais; 3. Regulamento Interno do CEDSIF,IP; 4. Estatuto Orgânico; faltando apenas por aprovar o Quadro de Pessoal já remetido ao MAEFP	

D: Contribuir para a realização socioprofissional dos colaboradores.	1. Estabelecido e implementado o quadro legal da gestão de Recursos Humanos do CEDSIF, IP	Enquadrar os colaboradores nas carreiras profissionais do CEDSIF,IP.	Colaboradores enquadrados nas carreiras de Técnico Superior de Sistemas de Finanças Públicas e Técnico Profissional de Sistemas de Finanças Públicas	100% dos colaboradores enquadrados.	Procedeu-se ao enquadramento dos 270 Colaboradores do CEDSIF, IP nas carreiras de Técnico Superior de Sistemas de Finanças Públicas e Técnico Profissional de Sistemas de Finanças Públicas, com base nos qualificadores profissionais das carreiras e funções do CEDSIF, IP, aprovados, por resolução nº 16/2021, de 10 de Maio, conforme a ilustração reflectida na tabela 4, do subcapítulo 2.2, relativo a caracterização dos recursos humanos
	2. Criada capacidade humana competente no CEDSIF, IP.	Operacionalizar o plano de capacitação dos colaboradores do CEDSIF,IP 2021.	% de Acções de capacitação operacionalizadas.	100% do Plano de capacitação operacionalizado.	Realizados 26 Cursos, tendo beneficiado 321 colaboradores dos quais 206 em matérias de engenharia informática; 92 em acções de primeiros Socorro, 8 em Direito do Processo Laboral; 3 em Procedimentos Contratuais e Financeiros do 11º FED, 2 em Contabilidade Patrimonial e IPSAS; e 1 em Elaboração de Documentos Oficiais; 9 colaboradores participaram no 6º Congresso Africano de Contabilidade. Dentre as capacitações ocorridas, 107 foram financiadas pela União Europeia e 214 beneficiaram do financiamento do Banco Mundial.
		Elaborar o plano capacitação dos colaboradores do CEDSIF,IP 2022.	Plano de capacitação 2022 elaborado.	1	Elaborado o plano de capacitação para o ano de 2022
		Realizar acções de estímulo a participação nos programas de autoestudo	Taxa de adesão a programas de autoestudos online.	10%	Nao registou progressos
	3. Promovida a integração de talentos nas equipas de colaboradores através de Estágio Pré-Profissional	Estabelecer o modelo de recrutamento de talentos	Modelo de recrutamento, selecção e gestão de talentos estabelecido	Modelo de recrutamento, selecção e gestão de talentos estabelecido	Nao registou progressos
		Efectuar contactos com instituições de ensino identificadas para parcerias de integração de talentos	Número de estudantes estagiários provenientes da parceria	4	Dependente do estabelecimento do Modelo de recrutamento, selecção e gestão de talentos
		Realizar a avaliação do desempenho dos colaboradores.	% de colaboradores avaliados e premiados pelo bom desempenho.	100% dos colaboradores avaliados.	Concluído o processo de avaliação de desempenho anual referente ao ano de 2020, realizado igual processo referente ao 1º Semestre do ano 2021.
	1. Assegurada a certificação dos sistemas de gestão	Monitorar o cumprimento dos requisitos da norma ISO 9001:2015 para manutenção do Selo de qualidade na componente de atendimento do utilizador e certificar todo o escopo do SGQ.	Número de Selos de Qualidade mantido válido.	1 Selo do Processo de Atendimento ao Utilizador.	Realizada a auditoria externa ao escopo do Processo de Prestação de Serviços de Apoio e Atendimento ao Utilizador do e-SISTAFE, tendo sido concluído que o SGQ implementado no CEDSIF, IP reúne requisitos para que o certificado de conformidade seja mantido.
			Selo de Qualidade pela norma ISO 9001:2015 de todo o escopo do SGQ do CEDSIF atribuído.	1 relatório de avaliação do Sistema de Gestão de Qualidade - fase 1.	Contratada a empresa Associação Portuguesa de Certificação (APCER) para prestar serviços de certificação dos processos nucleares do Sistema de Gestão do CEDSIF, IP, tendo realizado a Auditoria de Concessão 1ª Fase para a Certificação do SGQ pela Norma ISO 9001:2015, a qual concluiu que "A Organização revelou consistência na gestão do SGQ e respetivos Processos, pelo que está preparada para a realização da auditoria de concessão (2ª fase).
		Realizar auditoria externa de certificação na norma ISO 27001.	Número de auditorias externa de certificação na norma ISO 27001 realizadas.	1	Lançado o concurso para a realização da auditoria. Contudo, em decorrência da realização da 7ª Reunião Anual da Qualidade houve mudança de abordagem relativamente a realização da auditoria de segurança de sistemas
Realizar a Reunião Anual da Qualidade.		Número de reuniões Anuais da Qualidade realizada.	1	Realizada a 7ª Reunião Anual da Qualidade, sob o lema "CEDSIF, Qualidade e Melhoria Contínua nos Produtos e Serviços", onde para além da apresentação e discussão em torno dos temas referentes a Sistema de Gestão do CEDSIF, modelos de gestão de projectos, e de avaliação do Desempenho dos Processos do CEDSIF, IP vs Alocação de Recursos, foi feita a troca de experiência sobre a implementação de sistemas integrados de gestão (InSite). Na	
Efectuar auditoria internas aos processos do Sistema de Gestão da Qualidade.		% do programa anual de Auditorias Internas executado.	100% do programa anual de auditoria interna cumprido.	foi realizada e elaborado o Relatório da Auditoria Interna aos Processos Nucleares do CEDSIF, IP, nomeadamente, de: Gestão da Demanda, Gestão de Projectos, Desenvolvimento de Aplicações, Disponibilização e Operacionalização de Serviços de TI, e Prestação de Serviços de Apoio e Atendimento ao Utilizador; e face às constatações e recomendações colocadas pela auditoria, foram elaborados os respectivos Planos de Acções Correctivas.	
Implementar a ferramenta de monitoria de eventos de segurança.		Número de instrumentos orientadores de monitoria de eventos de segurança implementado.	1 ferramenta de monitoria de eventos de segurança.	Na componente de garantia da segurança de sistemas, (i) foi auditado o Serviço de Operação e lançado o concurso para a realização da auditoria externa de certificação na norma ISO 27001:2013; (ii) feita a monitoria diária do sistema CCTV, no âmbito de acção de melhoria dos mecanismos e procedimentos do sistema de controlo de acessos (CCTV e controlo de acesso), no domínio de Segurança de Infraestrutura. Adicionalmente, foram atendidos pedidos de dados por órgãos e instituições do Estado, com vista a aferir os protagonistas e em que situações certas transações do e-SISTAFE foram realizadas.	

E: Melhorar o reconhecimento do CEDSIF, IP.	Elaborar Manuais de Procedimentos das Competências Organizacionais.	Número de Manuais de Procedimentos das Competências Organizacionais (CO) elaborados.		4	Foi (i) revisto o regulamento de uso e gestão de viaturas do CEDSIF, IP, tendo como base o Manual de Procedimentos de Gestão da Frota do CEDSIF, IP; (ii) aprovado o Manual de Procedimentos de Auditorias Internas e partilhado com todos os colaboradores do CEDSIF, IP; (iii) concluído e harmonizado o Manual de Procedimentos de contratação Pública; (iv) estão em processo de elaboração o Manual de procedimentos do SI/TIC, bem como o de Procedimentos de Controlo de Recursos Financeiros; (v) concluída a elaboração e harmonização do Manual de Procedimentos de Contratação Pública e submetido à aprovação do CA; e, (vi) está em curso a elaboração do Manual de procedimentos para Gerir Sistemas e Aplicações.	
	Mapear riscos de Competências Organizacionais.	Número de Competências com mapeamento dos riscos concluídos.	11 Competências Organizacionais.		(i) foi feito o mapeamento de riscos da competência "Gerir Produtos e Serviços", (ii) está em curso a avaliação dos processos "Atender Pedidos de Clientes e Gerir SI/TT", a análise de risco do processo gestão de projectos, e decorre a monitoria das acções de mitigação dos processos de Desenvolvimento de Sistemas e Atendimento ao Utilizador, tendo em vista estabelecer e implementar o Modelo de Gestão de Risco (MGR), (iii) finalizados os trabalhos de mitigações dos processos de desenvolvimento e atendimento ao Utilizador; em curso a Análise de Risco do Processo de Prestação de Serviços de Alojamento e Disponibilização de Serviços; e (iv) efectuado o mapeamento do risco do processo de Retenção na Fonte, e monitorados, analisados e avaliados os incidentes de informação.	
2. Promovida a imagem, produtos e serviços do CEDSIF, IP.	Elaborar o projecto de instalação do laboratório.	Projecto de instalação do laboratório aprovado.		1	Em curso a elaboração do projecto	
	Proceder à divulgação de acções de prevenção, combate e detecção de fraudes no e-SISTAFE.	Número de acções divulgadas		6	foram divulgados produtos e serviços do CEDSIF, IP, recorrendo à plataformas, tais como sítio de internet da instituição e órgãos de comunicação social, com destaque para Rádio e Jornais, e levados a cabo acções que contribuem para elevar a visibilidade institucional do CEDSIF, IP, com destaque para a divulgação do lançamento do e-SISTAFE Autárquico - Fase 2; elaboração e divulgação na página de internet do CEDSIF,IP e do MEF de artigos referentes à expansão e instalação de laboratórios do e-SISTAFE; divulgação de produtos e serviços no contexto da celebração do dia do CEDSIF, IP (01 de Agosto), onde se destaca a participação do CEDSIF,IP no programa Café da Manhã da Rádio Moçambique e uma reportagem no Jornal Domingo; e divulgação de acções de prevenção, combate e detecção de fraudes no e-SISTAFE por meio da TV corporativa institucional.	
	Participar em Prémios da Qualidade ao nível nacional e internacional.	Número de participações em Prémios da Qualidade.	1 Participação no Prémio de Qualidade a nível Nacional.			Não registou progressos devido a pandemia da COVID19
	Elaborar termos de referência de concurso sobre SISTAFE, e-SISTAFE e demais produtos e serviços do CEDSIF, IP e proceder à sua divulgação.	Termos de Referência de elaboração de artigos definidos.			2	Não registou progressos
	Divulgar estudos técnicos do CEDSIF,IP e respectivos prémios	Número de estudos e prémios divulgados.			3	Não registou progressos
	Realizar programas de educação cívica ao público, divulgar actividades que o CEDSIF, IP realiza com outras entidades e lançar produtos .	Número de programas de educação cívica.			2 eventos	Feita a divulgação das actividades e produtos do CEDSIF,IP
		Número de eventos de divulgação de lançamento de produtos.			1 eventos	
Número de eventos de divulgação de actividades que o CEDSIF, IP realiza com outras entidades.				1 evento		